

# Líderes divulgam números sobre votações do Congresso

Objetivo é melhorar a imagem do Legislativo e mostrar à população que os parlamentares trabalharam

Cristiane Jungblut

• **BRASÍLIA.** Os plenários da Câmara e do Senado aprovaram 1.162 projetos em 1995. Deputados e senadores reuniram-se 451 vezes (227 sessões no Senado e 224 sessões na Câmara) e o Congresso votou 6.020 matérias. Com a divulgação desses números, os parlamentares esperam convencer a população de que é falsa a idéia de que os políticos trabalhavam pouco.

Interessados na reabilitação da imagem do Legislativo, os presidentes da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP), acham que as duas casas tiveram o melhor desempenho dos últimos anos: embora haja matérias pendentes, desde a Constituinte não se votava tanto.

Até a oposição concorda com a avaliação de que o Governo voou em céu de brigadeiro no Congresso, conseguindo a aprovação de boa parte das matérias de seu in-

teresse. Mas avisa que vai dar muito mais trabalho em 1996, apostando numa divisão da base governista depois das brigas envolvendo o PFL.

— Foi um ano de muito trabalho, em que o Governo navegou sem problemas, principalmente no primeiro semestre. No segundo começaram as dificuldades para o Governo, e em 1996 a oposição terá uma atuação mais expressiva — prevê o líder do PT na Câmara, Jacques Wagner (BA).

## **Presença de estrelas faz Senado ocupar mais espaço**

Ao contrário de anos anteriores, o Senado roubou um pouco da cena política, ao reunir estrelas como o próprio Sarney e os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), Jader Barbalho (PMDB-PA), Roberto Freire (PPS-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Uma disputa entre Câmara e Senado também marcou o ano. Sarney não cancelava uma sessão do Senado nos feriados antes de

saber se Luís Eduardo faria o mesmo. E vice-versa. A concorrência aparece nos números: a Câmara aprovou 516 propostas em 1995 e o Senado, 646. O Congresso votou 6.020 matérias nas sessões conjuntas, das quais 5.883 referiam-se a vetos do presidente Fernando Henrique a projetos ou partes de projetos.

Mais uma vez, os números mostram a facilidade encontrada pelo Governo para aprovar propostas. Desses 5.883 vetos apreciados pelo Congresso, apenas um foi derrubado: o que tratava da incidência da TR nos empréstimos agrícolas. Esta foi uma das principais derrotas do Governo, comandada pela bancada ruralista. Além disso, o Congresso aprovou 42 medidas provisórias editadas pelo Governo, entre elas a do Plano Real.

A Câmara quebrou o monopólio nas telecomunicações e no setor do petróleo, acabou com a diferença entre empresa brasileira e empresa de capital nacional e

abriu à iniciativa privada a distribuição de gás canalizado e a navegação de cabotagem. O Senado aprovou as emendas da Ordem Econômica, embora demorasse quatro meses com a quebra do monopólio da Petrobras.

## **Rolo compressor diminuiu no segundo semestre**

No segundo semestre, instalaram-se a polêmica e a divisão da base governista. O plenário funcionou menos, mas as comissões se reuniram a todo vapor. Em setembro o Governo enviou as propostas das reformas tributária e administrativa. Conseguiu, no caso das reformas previdenciária e administrativa, vencer a fase da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Outra proposta que causou polêmica foi a prorrogação do Fundo Social de Emergência, que passou a se chamar Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Depois de muita negociação, o FEF foi aprovado na Câmara, mas empacou no Senado. ■